



A liga da aliança é a perspectiva de poder

Pode ter sido até coincidência, mas o lançamento do projeto Bolsa-Escola 2001 antecipou a resposta à questão onipresente em todos os cálculos políticos do xadrez da sucessão no Congresso — o risco de fratura na aliança de governo. Que motivos partidos como o PFL e o PMDB teriam para se descolar de um presidente que, pela primeira vez desde a redemocratização, chega à metade final de seu governo fazendo ganhança na área social?

Tivessem uma alternativa de poder em 2002, poderiam até ameaçar crível uma carreira solo nesses dois anos. Descontado o cipoal de votos de Jaime Lerner, que quase perdeu a eleição na sua capital, o PFL não a tem. Nove fora a miragem de Itamar Franco, o PMDB também não tem nome para encabeçar uma chapa presidencial. A rigor o PSDB também não tem, se considerado que dos dois principais ministros do partido, um (Paulo Renato Souza) nunca disputou uma eleição, e o outro (José Serra) ficou em terceiro lugar em sua última disputa de cargo executivo, a prefeitura de São Paulo em 1996. Sobre Tasso Jereissati, que ontem ameaçava romper com o PSDB por uma querela provincial e deixar a primeira seqüela da maioria parlamentar do partido.

Mas é de titularidade tucana, e dificilmente deixará de sê-lo até abril de 2002, quando os ministros candidatos são obrigados a deixar suas pastas, o orçamento da Saúde e da Educação, porta-estandartes da ganhança deste governo. Desprezasse o potencial eleitoral de um projeto como o Bolsa-Escola, o presidente Fernando Henrique Cardoso não teria feito questão de citar o prefeito tucano de Campinas José Roberto Magalhães Teixeira, morto em 1996, como precursor do projeto que tem no ex-governador do Distrito Federal, Cristóvam Buarque (PT), seu mais conhecido defensor.

Ao multiplicar por dez os gastos com o programa, o governo tem como meta contabilizar um índice fácil de se repetir e de se fixar na opinião pública — 100% das crianças matriculadas. Faltam três pontos percentuais para se chegar a isso e nada impede o governo de multiplicar novamente esse gasto em 2002 para oferecer um indicador consistente ao discurso com o qual o presidente pretende eleger seu sucessor. Esse discurso

Continuam juntos, o que não quer dizer unidos

já contabiliza outros 100%, como a agência de Correios que, em janeiro, chegou ao último dos 5.561 municípios brasileiros. É a única entidade de governo, além das prefeituras, que está em todas as cidades do país. Em muitas delas é na agência dos Correios que os aposentados recebem seus benefícios. E numa grande parte, esta é a principal fonte dos recursos que movimentam seu comércio.

Se isso é insuficiente para sensibilizar o eleitor das grandes regiões metropolitanas, diz um bocado para o eleitorado dos pequenos municípios onde a tríplice aliança — PSDB, PFL e PMDB — recolheu sua melhor performance nas últimas eleições. Não precisa avisar a essa trupe que grotão não elege presidente. Tem gasto para todos os gostos. Nesta segunda-feira, o presidente lança em Mato Grosso o projeto que vai instalar internet nas escolas públicas. É dinheiro do Fundo de Telecomunicações (Fust), gerido pelo ministro Pimenta da Veiga, outro tucano. Também não dá para esquecer os genéricos, que colaram de vez na imagem do ministro José Serra, a sanha da saúde pública contra a ganância da indústria farmacêutica.

É cedo para concluir se a “inclusão social”, como disse o presidente em sua mensagem de ontem ao Congresso, vai ser suficiente para manter a aliança partidária no poder, mas já dá para afirmar que o candidato de FHC terá um discurso. Se a economia além-mar não atrapalhar, é bem possível que tenha dinheiro também. Politicamente, é um ganho e tanto para uma aliança que, dois anos atrás, só tinha a tecla da estabilidade econômica para bater. Daí porque, os partidos da onipresente base de sustentação de governo têm mais razões do que nunca para ficar juntos, o que não quer dizer que estejam unidos. Para manter a liga em 2002, o presidente Fernando Henrique Cardoso só precisa arranjar um outro sorriso de aeromoça (do que vamos viver os jornalistas sem ACM?) para convencer os brasileiros de que a conversão ao social, ultrapassa os ditames do calendário eleitoral e contagia todos os senhores que há pouco se degladiavam no plenário.

Maria Cristina Fernandes é editora de Política.

Escreve às sextas-feiras

E-mail mcristina.fernandes@valor.com.br